

Secretaria Municipal de Administração

PROJETO DE LEI N° 2.224/2018

Súmula: "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente no valor de R\$ 12.561.240,36 (doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos) e dá outras providências".

Art. 1°. Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1°, inciso III da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento geral vigente, no valor de R\$ 12.561.240,36 (doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral vigente, as Naturezas de Despesa no Programa de Trabalho abaixo especificado:

ORGÃO: 04-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO UNIDADE: 01 -GABINETE DO PROCURADOR - PGM FUNCIONAL: 04.122.0002.2003 -SERVIÇOS JURÍDICOS

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 5.930.000,00

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
3390910000	0013	1.000	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.930.000,00

ORGÃO: 26-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

UNIDADE: 01 -GABINETE DO SECRETÁRIO - SMOP

FUNCIONAL: 26.782.0006.2057 -PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 5.631.240,36

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
3390300000	0231	1.000	MATERIAL DE CONSUMO	2.100.000,00
4490510000	0230	1.000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.531.240,36

FUNCIONAL: 26.782.0011.2055 -MANUTENÇÃO DO SISTEMAS VIÁRIO MUNICIPAL

TIPO ALTERAÇÃO: Acréscimo

TOTAL: 1.000.000,00

Rubrica Ação Fonte	Descrição	Valor Alteração
--------------------	-----------	-----------------



Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.224/2018 - pág. 2/2

33	90300000	0233	1.000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00	
----	----------	------	-------	---------------------	--------------	--

Art. 3º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações:

ORGÃO: 21-ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO UNIDADE: 01 -ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

FUNCIONAL: 04.122.0002.3001 -OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

TIPO ALTERAÇÃO: Anulação

TOTAL: 12.561.240,36

Rubrica	Ação	Fonte	Descrição	Valor Alteração
3391970000	0194	1.000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	12.561.240,36

- **Art. 4°.** Os valores que trata esta Lei, não serão computados para efeitos do art. 5° da Lei Municipal n.º 3.252/2017 de 21/12/2017.
- **Art. 5°.** Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2018 anexo I, e Plano Plurianual anexo II, em valores iguais aos desta lei, no Órgão, Programa e Projetos/Atividades respectivos, nos termos do artigo 166 § 3º, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil.
 - Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 03 de dezembro de 2018.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária

Processo nº 20871/2018



Secretaria Municipal de Administração

Ofício Gabinete nº 354/2018

Araucária, 03 de dezembro de 2018.

Excelentíssimo Senhor

BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária

Câmara Municipal de Araucária

Araucária/PR

Assunto: Projeto de Lei 2.224/2018 – "Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente no valor de R\$ 12.561.240,36 (doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos) e dá outras providências".

Senhor Presidente:

Com o presente estamos encaminhando a Vossa Excelência e demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação o **Projeto de Lei nº 2.224/2018**, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

O presente Crédito Adicional Suplementar visa a adequação do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras Púbicas e Transportes e da Procuradoria-Geral do Município.

Os recursos no valor de R\$ 6.631.240,36 (seis milhões, seiscentos e trinta e um mil duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos) para a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes visam dar cobertura à aquisição de materiais para uso na Usina de Asfalto e para a Manutenção e Conservação de vias urbanas e rurais do Município, para a cobertura dos reajustes contratuais devido a variação dos preços de derivados de petróleo presentes nas licitações/contratos (CAP 50/70, imprimação e outros) e para a antecipação de empenho de contratos que possuem saldo a empenhar no próximo exercício.

Os recursos no valor de R\$ 5.930.000,00 (cinco milhões, novecentos e trinta mil reais) para a Procuradoria-Geral do Município visam cobrir as despesas com o cumprimento de liminar proferida nos autos nº 0025767-92.2018.8.16.0000 com o pagamento em favor à Viação Tindiquera.

Esclarecemos que, embora tenha ocorrido o pagamento por determinação de liminar, houve uma redução de R\$ 18.307.528,85 (dezoito milhões, trezentos e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos) no valor efetivamente pago à Viação Tindiquera nos dois últimos anos.

Vale esclarecer também que, mesmo com a redução do valor da passagem de R\$ 4,25 para R\$ 2,90, houve uma redução de 53,52% no valor da



Secretaria Municipal de Administração

Ofício nº 354/2018 - pág. 2/2

interferência do Município junto à CMTC, sendo que em 2015 a interferência foi de R\$ 43.500.000,00, em 2016 foi de R\$ 42.859.193,03, em 2017 foi de R\$ 23.135.048,78 e no exercício corrente foi de apenas R\$ 17.000.000,00.

Destacamos ainda que com a redução do valor da passagem, com a instituição da passagem gratuita aos domingos, a isenção aos estudantes e demais isenções aplicadas aos usuários de transporte público, proporcionamos uma economia no valor de R\$ 21.734.629,60 aos munícipes.

Esclarecemos que, paralelamente a este processo, tramita o Projeto de Lei nº 2.223/2018 que tem como objetivo a aprovação do Parcelamento do Aporte Atuarial do Exercício de 2018 no valor de R\$ 12.561.240,36 (doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), valor este que após publicação da respectiva Lei será utilizado para dar coberta ao crédito solicitado através do presente Projeto de Lei.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais Vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Casa Legislativa, nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI Prefeito de Araucária

Processo nº 20871/2018